

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O IBGE e a formação da nacionalidade: território, memória e identidade em construção

Vera Lucia Cortes Abrantes*

Resumo: Esse trabalho tem como proposta analisar as transformações na organização do espaço nacional desde a Revolução de 30, enfatizando o período que abarca as décadas de 40, 50 e 60. O ponto de partida para desenvolvimento da pesquisa são as fotografias de Tibor Jablonszky, recorte do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo realizados por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE com o objetivo de fornecer subsídios ao governo federal para seus projetos de reconhecimento e ocupação do território nacional. A análise das transformações ocorridas na organização do espaço brasileiro cabe, aqui, por ser essa documentação imagética produzida no período em que vigorava a Divisão Regional do Brasil elaborada pela Divisão de Geografia do IBGE sob a direção de Fábio Macedo Soares Guimarães oficializada em 1942, e aceita até 1969.

Palavras-chave: memória; divisão territorial; identidade

Abstract: This paper proposes to analyze the transformations in the organization of national space, since “Revolução de 30” emphasizing decade of 40, 50, 60. Tibor Jablonszky’s photographs are the principals objects to developing of that research part of the “Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo done by researchers of the “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE” with objectives to give subsidy to Federal Government in his projects to recognized and occupation of national territory. The analyze of transformations occur on organization of the Brazilian space by photography produced on period which the “Divisão Regional do Brasil” made by “Divisão de Geografia do IBGE” on Fábio de Macedo Soares Guimarães’ direction officially established in 1942 and accepted until 1969.

Keywords: memory; territorial division; identity

Introdução

Esse trabalho tem como proposta analisar as transformações na organização do espaço nacional desde a Revolução de 30, enfatizando o período que abarca as décadas de 40, 50 e 60. O ponto de partida para desenvolvimento da pesquisa são as fotografias de Tibor Jablonszky, recorte do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo realizados por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com o objetivo de fornecer subsídios ao governo federal para seus projetos de reconhecimento e ocupação do território nacional. A análise das transformações ocorridas na organização do espaço

*Doutoranda em Memória Social da UNIRIO. Pesquisadora do IBGE.

brasileiro cabe, aqui, por ser essa documentação imagética produzida no período em que vigorava a Divisão

Regional do Brasil elaborada pela Divisão de Geografia do IBGE sob a direção de Fábio de Macedo Soares Guimarães oficializada em 1942, e aceita até 1969.

A decisão de empreender investigação sobre imagens produzidas por ele se faz oportuna considerando a importância desse material jamais estudado sob o ponto de vista da memória e do espaço, segundo um imigrante ou, sob qualquer outro aspecto. Além disso, o Arquivo merece investimento por parte de pesquisadores interessados em estudar a fotografia como fonte visual pela relevância desta documentação acumulada pelo Instituto ao longo de sua trajetória.

No sentido de trazer à luz informações essenciais para a memória institucional do IBGE faz-se necessário focar as condições de produção do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo.

O IBGE e a institucionalização da Geografia no Brasil

No primeiro governo Vargas (1930-1945) ocorreram intensas mudanças nas áreas política, econômica, institucional e social. O processo que se inaugura em 1930, com a instalação do governo provisório, e que se completaria em 1937, ano em que é outorgada a nova Constituição, inaugurando o Estado Novo, traz como consequência o reforço do Poder Executivo e poderes ilimitados ao presidente Getúlio Vargas. O novo Estado Nacional precisava ser forte para agir com liberdade e combater as particularidades de ordem local e desta forma manter a unidade nacional.

O projeto político-ideológico do Estado Novo transforma o conceito de democracia do liberalismo em uma forma de organização estatal cujo objetivo era promover o bem do povo, até então, excluído do processo. O cidadão deste novo estado, identificado por um trabalho produtivo, encontraria sua posição na sociedade estabelecendo sua relação com o Estado. Nesse sentido, percebe-se que “a fórmula do novo formato do Estado também define as relações entre governantes e governados. Esta fórmula, a democracia social, autoritária, encontra-se no centro do projeto político-ideológico do Estado Novo” (OLIVEIRA, VELLOSO, GOMES, 1982: 91).

O contexto político é marcado por uma fase de revitalização da estrutura governamental federal. “Velhos órgãos ganharam nova envergadura, estruturaram-se carreiras, assim como os procedimentos sujeitaram-se crescentemente à lógica racional-legal” (DRAIBE, 1985: 62). Com base nas relações de poder o governo toma medidas nas mais

diferentes áreas. Criou comissões, conselhos, departamentos, institutos e ministérios que tinham como objetivo articular uma política ideológica que assinalasse toda a grandeza de sua inovação e legitimasse seu formato político-institucional, pois as instituições, de certa forma, exercem um poder disciplinar.

O processo de concentração de poder no Estado se expressou, também, na modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística sobre as riquezas nacionais, a população e a estrutura das atividades econômicas. Segundo Jayci Gonçalves (1995), a organização federal contava, até 1930, com a Diretoria Geral de Estatística, criada nos tempos do Império e responsável pelos Recenseamentos de 1890, 1900 e 1920. Paralelamente, alguns ministérios mantinham seus serviços próprios de levantamento de informação, e os Estados, principalmente os mais desenvolvidos, dispunham de órgãos mais modernos de informação estatística. Dentro desse espírito foram criados o Conselho Nacional de Estatística – CNE¹ e o Conselho Nacional de Geografia – CNG², ligados efetivamente, em 1938, para a formação do IBGE.

A função básica do Conselho Nacional de Geografia, nesse período, era produzir mapas para os levantamentos censitários realizados pelo Conselho Nacional de Estatística, pois a Estatística necessita de elementos geográficos para que possa interpretar seus valores numéricos. Havia pela primeira vez uma preocupação com a correta localização das áreas a serem cobertas pelo Censo. “A Geografia e a Cartografia tiveram um papel essencial na melhoria da qualidade da informação. Os dados dos Censos, de 1940 para cá, evidentemente, têm um grau de fidedignidade muito maior.”³

O IBGE desde a sua criação mostrou-se sensível à implantação dos métodos de pesquisa utilizados por geógrafos estrangeiros, tais como as excursões de estudo que constituíam uma prática consagrada entre as mais conhecidas instituições e sociedades geográficas internacionais pela possibilidade de observações *in loco*. A “matriz do pensamento geográfico na época do Estado Novo era a pesquisa geográfica de campo (...)”⁴ que permitia explorar detalhadamente o processo de ocupação do território e estudar, pioneiramente, o ainda incipiente sistema urbano do país.

Foram muitas as excursões para pesquisas geográficas realizadas no período de 1942 a 1969 que proporcionaram aos técnicos da Instituição aperfeiçoamento adequado e

¹ Criado em 1934, instalado em 1936, como órgão do Instituto Nacional de Estatística, o CNE encarregava-se de realizar os levantamentos estatísticos.

² Criado em 1937, o CNG desenvolvia estudos na área de geociências.

³ Entrevista com o geógrafo Speridião Faissol concedida ao geógrafo Roberto Schmidt de Almeida, publicada no periódico *Cadernos de Geociências*, n.15, 1995.

⁴ Entrevista com o geógrafo Carlos de Castro Botelho concedida à autora em 22 de junho de 1999.

forneceram, ao governo federal, subsídios aos seus projetos de reconhecimento do território brasileiro, mudança da capital federal, colonização agrícola, regionalização em várias escalas, acompanhamento da urbanização e diagnósticos ambientais.

Assim, como forma de documentar características das regiões estudadas os pesquisadores usavam imagens fotográficas. Havia também a preocupação em se criar um arquivo fotográfico, porque de cada excursão produziam-se vários trabalhos que poderiam ser ilustrados com essa documentação imagética.

O objetivo de se fotografar as excursões era registrar, deixar registro. Quando uma seção saía em excursão, ia o fotógrafo, porque aquela excursão resultava em vários artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia, ou então, em obras como a Enciclopédia⁵. Você pega as revistas, têm fotos do Tibor Jablonszky, fotos de Tomas Somlo, era ilustrado.⁶

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, grupos de húngaros migraram para o Brasil. Formados por profissionais liberais e técnicos especializados, essa leva deixou a Hungria por motivos políticos, muitos deles devido à estatização. Entre o final da década de 40 e início da década de 50, do século passado, o IBGE contratou os primeiros fotógrafos profissionais – três húngaros recém chegados ao Brasil, Tibor Jablonszky, Tomas Somlo e Stivan Faludi – que passaram a integrar os grupos de pesquisa. A migração internacional no cenário Pós-Segunda Guerra readquirira importância para a Europa “Essa migração, porém, era de um tipo novo, agora de trabalhadores qualificados e profissionais” (KLEIN, 2000: 26).

Natural de Sarospatak, Hungria, nascido a 07 de junho de 1924, Jablonszky chegou ao Brasil procedente de Copenhague na embarcação Carina, desembarcando no Porto do Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1948. Técnico de cinema, instrução secundária, ocupava-se em seu país de origem como Diretor de Filmes da Cia. Cinema da Hungria. Contratado pelo Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE, como técnico de cinema em 01 de março de 1949 passou a fazer parte das expedições de reconhecimento do território nacional.

⁵ Obra elaborada pelo IBGE, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros representa um retrato do Brasil no período entre 1957 e 1960 sob o ponto de vista histórico-geográfico e socioeconômico. Composta de duas partes principais, na primeira apresenta as regiões geográficas do país no seu aspecto geral e, na outra, informações específicas de cada município num total de trinta e seis volumes amplamente ilustrados por fotografias. Em 2000 o IBGE promoveu uma edição em CD-ROM fac-similar da obra original. Essa edição, em 18 volumes, recupera a publicação impressa, que se encontrava esgotada por mais de 30 anos, para atender à crescente demanda dos usuários por informações municipais.

⁶ Entrevista com Maria Francisca T. C. Cardoso concedida à autora em 15 de junho de 1999.

Tibor Jablonszky exerceu importante papel, não apenas na construção da memória institucional, mas principalmente, por ter oferecido subsídios para aprofundar os estudos sobre a fotografia como fonte visual. Destacou-se por sua considerável produção fotográfica. São dele cerca de 7 000 fotos, contadas até o momento 1606, num total de 20 000 que compõem o Arquivo.

A organização do espaço nacional

A análise das transformações ocorridas na organização do espaço nacional faz-se necessária por ser a documentação imagética de Jablonszky produzida no período em que vigorava a Divisão Regional do Brasil elaborada pela Divisão de Geografia do IBGE sob a direção de Fábio de Macedo Soares Guimarães com fins práticos, sobretudo estatísticos, oficializada em 1942, e aceita até 1969 quando a própria Instituição propôs uma mudança realizada em 1970.

As primeiras tentativas de divisão regional brasileira datam do início do Século XX, mais precisamente 1823. A partir daí, realizaram-se muitos estudos, tendo sido elaboradas várias propostas de identificação de regiões. O conceito de região natural apresentado por Delgado de Carvalho em 1913 inaugura a discussão teórica sobre a questão regional.

A divisão proposta por Delgado de Carvalho baseava-se em elementos do meio físico, principalmente relevo, clima e vegetação, pois partia da premissa de que uma divisão regional deveria ter caráter duradouro, o que não poderia ser obtido pela análise de fatores humanos, fatores esses dinâmicos e mutáveis. Trata-se de uma divisão prática, para fins didáticos e as unidades foram consideradas por inteiro, definiu cinco grandes regiões naturais: (1) Brasil Setentrional ou Amazônico – Acre, Amazonas e Pará; (2) Brasil Norte-oriental – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; (3) Brasil Oriental – Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais; (4) Brasil Meridional – São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; (5) Brasil Central – Mato Grosso e Goiás (GUIMARÃES, 1941: 346).

A Revolução de 30 e a instituição do Estado Novo deram ensejo a uma ampla discussão sobre a questão da territorialidade. Em 1933, o major João Segadas Viana advertia o poder público para a necessidade de rever a organização territorial do país, demonstrando preocupação com a formação de blocos políticos de resistência em algumas unidades da federação, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O resultado final de

sua proposta seria a divisão do Brasil em dezenove Estados, dez Territórios e o atual Distrito Federal, identificados a partir da população residente (TEIXEIRA DE FREITAS, 1948).

Mário Augusto Teixeira de Freitas também se destacou nesse período, apresentando uma nova carta política do Brasil onde introduzia modificações ao plano de Segadas Viana. Sua proposta incorporava o atual Distrito Federal ao Estado da Mantiqueira – parte de Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro, tendo como capital Belo Horizonte, “vindo este a ter a sua capital na cidade do Rio de Janeiro, mas, e muito razoavelmente, para evitar-se a confusão toponímica com a circunscrição fluminense, ficando-lhe a denominação alterada para Guanabara (...)” (TEIXEIRA DE FREITAS, 1948).

O esforço do governo em modernizar e integrar o País mostrou a necessidade de um maior e mais aprofundado conhecimento do território nacional. Ao criar o IBGE com o propósito de produzir e sistematizar informações sobre o povo e o território brasileiro, o governo estava buscando respostas seguras e uniformes a uma série de questões recorrentes na história do país. Como era o Brasil? Quantos e quem eram os brasileiros? Onde estavam localizados e como viviam? Diferentemente dos levantamentos realizados pelos departamentos de estatística das unidades da federação em décadas anteriores, a atuação do órgão destacou-se por acompanhar a diretriz fundada na centralização do poder do Estado.

Como resultado da ação do IBGE foi implementada a Lei Geográfica do Estado Novo, como ficou conhecida, ou Decreto-lei n.º 311 de 02 de março de 1938 que dispunha sobre a delimitação das malhas municipais e distritais, e definia regras específicas sobre o mapeamento e a racionalização da toponímia, pois não poderia haver municípios homônimos. Com a Lei Geográfica, o Instituto passou a controlar a conformação espacial das malhas municipais e distritais através de critérios técnicos, criando bases cartográficas confiáveis para a Campanha Censitária de 1940.

No final dos anos 30, concomitantemente ao debate sobre a divisão territorial, desenvolveram-se estudos que procuravam identificar zonas específicas ou regiões geográficas no espaço brasileiro. Esses zoneamentos não avançaram em questões capazes de levar ao conhecimento mais aprofundado sobre a organização do espaço nacional.

Nesse contexto de controvertidas “divisões” e pressionado pela necessidade de elaboração do Anuário Estatístico do Brasil 1938, o Conselho Nacional de Estatística, órgão do IBGE, adota a divisão regional em uso no Ministério da Agricultura: (1) Norte – Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí; (2) Nordeste – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; (3) Este – Sergipe, Bahia e Espírito Santo; (4) Sul – Rio de Janeiro,

Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; (5) Centro – Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais (GUIMARÃES, 1941: 361).

Apenas no início da década de 40 que o problema da divisão regional ganha novas contribuições teóricas e metodológicas. Ainda com a preocupação de fornecer elementos geográficos para os levantamentos estatísticos, Fábio de Macedo Soares Guimarães, geógrafo do Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE, desenvolveu um projeto que dividia o Brasil em grandes regiões. Para Guimarães (1941: 320), “a multiplicidade de divisões torna impossível a comparação de dados estatísticos agrupados de modo diverso por uns e outros”. Oficializada pelo Governo Federal em 1942, a Divisão Regional do Brasil não só serviu de base para a divulgação dos dados estatísticos, como também determinou a questão do planejamento espacial para o governo federal.

Como forma de garantir a segurança nacional e combater o federalismo das unidades estaduais, o governo Getúlio Vargas estabelecia a primeira divisão regional do Brasil. A identidade nacional vista pelo viés regional valorizava diferenças de clima, vegetação, alimentação, religiosidade ou trabalho, conhecendo suas diferenças as pessoas poderiam entendê-las como riqueza comum.

O regionalismo, materializado no próprio mapa que traçava as regiões geográficas do país, era a base de um novo nacionalismo que compreendia o Brasil como formado por uma multiplicidade de elementos naturais, étnico, econômicos e culturais que constituíam sua grandeza (GOMES, 2002: 180).

Cabe, aqui, uma retrospectiva a respeito da primeira divisão oficial do país. Após minuciosos estudos e análises das diferentes propostas de divisão regional apresentadas por órgãos públicos ou privados e por cientistas isolados, respaldado nos reconhecimentos realizados por geógrafos do IBGE em todo o território nacional, Fábio de Macedo Soares Guimarães optou pela divisão regional elaborada por Delgado de Carvalho, introduzindo modificações na nomenclatura e algumas subdivisões. Servia-se da posição geográfica para nomear as Grandes Regiões e encontrava embasamento para defini-las nas condições naturais do território, principalmente, clima, vegetação e relevo.

A Divisão Regional do Brasil elaborada pela Divisão de Geografia do IBGE sob a direção de Fábio Guimarães oficializada em 1942, e aceita até 1969 quando a própria Instituição propôs uma mudança realizada em 1970. O Presidente da República de posse do projeto apresentado pelo IBGE, solicitou um parecer ao Conselho Técnico de Economia e

Finanças que concluiu pela adoção da proposta, pois esta havia sido moldada em princípios científico-geográficos.

A primeira divisão regional sofreria duas modificações devido às alterações na divisão territorial do país por determinação constitucional, em 1943 e 1946. Após essas alterações a divisão regional assim se configurava: (1) Região Norte – Estados do Amazonas e Pará, Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Guaporé; (2) Região Nordeste – **Ocidental** – Estados do Maranhão e Piauí; **Oriental** – Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha; (3) Região Leste – **Setentrional** – Estados de Sergipe e Bahia; **Meridional** – Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (em 1960 transformado em Estado da Guanabara); (4) Região Sul – Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; (5) Centro-Oeste – Estados de Mato Grosso e Goiás.

No período compreendido entre a divisão regional oficial e sua alteração, com a proposição de um novo modelo em 1969, desenvolveram-se estudos regionais mostravam uma tendência à revisão teórico-metodológica, passando os autores a trabalhar com o conceito de região geográfica. As novas tendências no pensamento regional, muito voltadas para a questão do planejamento estavam inseridas nas transformações socioeconômicas desencadeadas no Pós-Segunda Guerra Mundial. A maneira como vinha se dando a expansão capitalista, com suas conseqüências na produção de novas formas de organização do espaço brasileiro, acentuava a necessidade de reformulação do modelo de divisão regional do país.

Em 1970, o Decreto nº 67.647 estabelece para fins estatísticos a seguinte divisão regional, também proposta pelo IBGE: (1) Região Norte – Estados do Acre, Amazonas, Pará e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá; (2) Nordeste – Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Território de Fernando de Noronha; (3) Sudeste – Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo; (4) Sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; (5) Centro-Oeste – Mato Grosso e Goiás. Essas grandes regiões foram definidas para fins didáticos e as 361 microrregiões homogêneas serviram de base para tabulação de dados do sistema estatístico nacional. Outras divisões foram oficializadas em 1972, 1976 e 1990, mas não cabe discuti-las no contexto deste estudo. (MAGNAGO, 1995)

As últimas alterações na divisão regional institucionalizada datam de 1990. Seria esse o modelo capaz de expressar a realidade brasileira no início do século XXI? Diante do processo de globalização ainda é possível pensar o regional? É uma instigante tarefa para aqueles que procuram entender geograficamente o espaço brasileiro.

Referências bibliográficas:

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. **Fragments de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968)**: imagens e representações numa abordagem da história oral. Rio de Janeiro, 2000. 157 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – UNIRIO, 2000.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção estudos brasileiros, v.84).

GOMES, Ângela de Castro. *Através do Brasil: o território e seu povo*. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Coords.). **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Pp.157-209.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. **IBGE um retrato histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 5).

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. *A divisão regional do Brasil*. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 3, nº. 2. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 1941. Pp. 318-373.

KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. Pp. 13-31.

MAGNAGO, Angélica Alves. *A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica*. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol.57, nº. 4. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 1995. Pp. 65-92.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE. 1993. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 4).

TEIXEIRA DE FREITAS, Mário Augusto. **O reajustamento territorial do quadro político do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. (Separata da Revista Brasileira de Estatística, v.8, n. 29, 1947).